

COTAS RACIAIS: LUTA PELA AUTO REPRESENTAÇÃO NA ESFERA PÚBLICA

Zilda Martins Barbosa¹

Resumo: O artigo pretende trabalhar a representação social, a partir do conceito de alteridade e da construção do Outro, tendo como foco a luta do negro/a pelo reconhecimento na esfera pública, e o discurso midiático. Para isso, recorreremos a teóricos que buscam dar conta dos novos modos de estar no mundo, considerando a sociedade contemporânea, mundializada, e os processos de inclusão e de exclusão sociais. Nesse sentido, serão analisadas as lutas de representação dos negros/as para validação das ações afirmativas, nas quais está inserido o sistema de cotas. Observaremos também como as fronteiras entre os discursos sobre raça e classe social se constroem na mídia, a despeito da realidade cotidiana, que aponta um novo modelo híbrido e de coexistência da diversidade étnico/racial.

Palavras-chave: Cotas; mídia; alteridade; representação; ação afirmativa

Introdução

Até a segunda metade do século XX, o conceito de raça era usado antropologicamente para classificar populações por características físicas e biológicas. Com o desenvolvimento da genética, caiu a crença nas diferenças biológicas entre os seres humanos e o uso da palavra tornou-se obsoleto para a ciência. No entanto, social e politicamente o termo continua em questão e serve para abordar diferenças historicamente construídas nas relações de poder.

O objetivo deste artigo é tentar compreender como a discussão em torno das ações afirmativas, mais particularmente das cotas raciais, está permeada da busca de sentidos para a construção de novos discursos teóricos sobre raça, ora alargando, ora estreitando as fronteiras entre os efeitos social e racial. Dessa forma, apresentamos como problema central a seguinte questão: Como os discursos das cotas constroem fronteiras de ambos os lados?

Percebemos por meio de debates publicizados na imprensa brasileira que o uso da palavra raça causa incômodo, e há uma tentativa de desconstrução desta, de modo a esconder o conflito que marca a diferença de oportunidades entre brancos e negros.

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Escola de Comunicação da UFRJ
E-mail: zildamarti@yahoo.com.br



Nesse sentido, apresentamos como hipótese a consideração de que há dois tipos de fronteiras que são usadas para reforçar os discursos social e racial.

O desenvolvimento do tema será realizado por meio de análise qualitativa, de natureza teórica e empírica descritiva, considerando conceitos de representação social, alteridade, auto identificação, hetero identificação, dominante x dominado, o outro, presentes em obras de autores variados (Jodelet, 2001; Brubaker, 2001/3; Lorenzi-Cioldi, 2002; Bourdieu, 1998; Sodré, 2005 e Todorov, 2003).

Para falar de cotas, situaremos o negro brasileiro na sociedade contemporânea   luz da teoria da representa o social, estudada por Jodelet (2001), e da questão do ‘outro’ levantada pela mesma autora, por Sodré (2005) e por Todorov (2003). Considerando que a Aboli o da Escravatura ocorreu há mais de 120 anos, e, desde então, o governo não adotou nenhuma medida política de repara o, formou-se um contingente de negros de cerca de 50% da popula o fora das esferas de destaque no mercado de trabalho e na academia, segundo dados de estatísticas oficiais². Esse dado de realidade vem promovendo discursos, criando novos sentidos e gerando inquieta o, que tanto pode possibilitar mudanças como novas formas de silêncio.

1 – Alteridade como constru o e exclusão social

Jodelet (2001) trabalha a representa o social levando em conta a contextualiza o e os aspectos comunicacionais da representa o, como o corpo que fala. Esse caráter narrativo também está em Milton Santos, e   chamado de ‘corporeidade’, ou seja, a cor da pele como cartão de visita, independente do pertencimento social. Muniz Sodré chama isso de “patrim nio pessoal”. Compreendemos que a corporeidade está associada ao conceito de alteridade, proposto por Jodelet, como um “duplo processo de constru o e de exclusão social”.

O primeiro processo (constru o social) diz respeito   luta do negro pelo reconhecimento enquanto “sujeito singular” (Habermas, 1997), considerando-se a subjetividade e os processos simbólicos. Nessa esfera, destaca-se o ingresso de negros nas universidades públicas por meio de cotas, gerando rela es de “saber e poder” (Foucault, 2007). Já o segundo (exclusão social), está relacionado   imagem estereotipada do negro enquanto bandido ou suspeito em primeiro lugar, o que gera baixa autoestima e menos valia em todas as rela es sociais. Esse “patrim nio pessoal”

² Dados da pesquisa “Retratos da Desigualdade”, realizada pelo Instituto de Pesquisa Econ mica Aplicada (Ipea) em parceria com o IBGE, revelam que a propor o de negros no país   de 49,8. O estudo considerou o período de 1993 a 2007.

(Sodré) vive, desde sempre, em constante estado de tensão, localizado na ordem do 'entre'.

Para Jodelet (2001), a duplicidade (construção e exclusão) está ligada como os dois lados de uma mesma moeda, e mantém a unidade por meio do sistema de representações. Nessa perspectiva, a alteridade não existe fora das relações sociais. Ou seja, passa a ser uma qualificação do exterior dada a um indivíduo numa determinada relação social. As representações sociais, de acordo com a autora (2001), “[...] são uma forma de conhecimento socialmente elaborado e compartilhado, com um objetivo prático, e que contribui para a construção de uma realidade comum a um conjunto social”.

Fazendo um recorte para milhares de jovens em idade escolar, observamos que, em um determinado momento de suas vidas, todos desejam uma vaga na universidade pública e, para isso, enfrentam o vestibular, sonham com uma profissão, com uma carreira, um futuro. Dito desta forma, eles parecem pertencer a uma mesma realidade, a um sistema universal. No entanto, quando se levanta a questão “cor da pele”, logo são formados dois grupos separados, e se estabelece um sistema de representação. Isso, em uma sociedade cujo discurso midiático em larga escala é o de que no Brasil não há racismo, e ainda era crível até bem pouco tempo a propalada democracia racial.

Jodelet (2001) traz no conceito de alteridade uma explicação para a diferença entre os grupos, e faz distinção entre alteridade de fora e alteridade de dentro. O primeiro caso diz respeito aos povos, a países, a grupos situados longe no tempo, a algo distante do cotidiano. Já o segundo caso – a alteridade de dentro – refere-se àqueles que são marcados por uma diferença, mas que estão no mesmo grupo social.

Enquanto os jovens negros na relação com os jovens brancos não representavam risco de mudança do lugar de pertencimento, o discurso midiático dominante os ignorava ou, quando se reportava a eles, os identificava com imagens negativas. Com as ações afirmativas e a possibilidade dos jovens negros tornarem-se sujeitos de sua própria história, os mesmos desejos dos jovens brancos são atravessados pelas cotas raciais. Nesse momento, o discurso midiático se faz mais presente e tem a cuidado de apresentar os jovens negros como naturalmente o outro, desqualificados e sem conteúdo. Trata-se de um outro diferente e distante do eu. Podemos dizer, portanto, que o discurso midiático, nessa concepção, se apresenta como uma narrativa identificada com o que a autora chama de alteridade de dentro.

Ora, entendemos que os jovens negros não são naturalmente o outro, mas um outro que é naturalmente integrado ao eu (alteridade), e que constitui um grupo social (o outro e o eu). Questionamos o olhar de quem identifica o outro como alteridade de dentro. Seria esse olhar o responsável pela negação da raça e pela naturalização das diferenças, ou, ao contrário, por meio dele haveria um efeito que provocaria o reforço à diferença, tensionando na esfera pública, conseqüentemente, uma solução?

Segundo Jodelet (2001) é nas tensões que emergem as representações sociais. Considerando que não há dinâmica social sem conflito, talvez a verdadeira solução para reduzir as diferenças de oportunidades entre os grupos socialmente em desvantagem seja exatamente a contraditória polêmica acerca das cotas. Hall (2003, p.54) questiona se “pode um conceito que significa tantas coisas diferentes e que tão efetivamente acirra os ânimos de inimigos tão diversos e contraditórios, realmente ter algo a dizer? Por outro lado, sua condição contestada não constitui precisamente o seu valor?”

2 – A gênese política da nomeação do outro

A questão da alteridade atravessa as ciências humanas em áreas como Sociologia, Antropologia, Psicologia, Filosofia, Comunicação, e está aberta a novas concepções. Hoje, o conceito sustenta a reivindicação das diferenças. Para Jodelet (2001) é difícil falar do outro, sem correr o risco de apresentar formas vazias. Assim, a autora prefere falar de alteridade como processo de construção do outro (*mise en'alterité*). Já Todorov (2003) vai às raízes da questão, e apresenta *A conquista da América* como a descoberta do outro. Ele diz:

Podem-se descobrir os outros em si mesmo, e perceber que não se é uma substância homogênea, e radicalmente diferente de tudo o que não é si mesmo; eu é um outro. Mas cada um dos outros é um *eu* também, sujeito como eu. Somente meu ponto de vista, segundo o qual todos estão lá e eu estou só aqui, pode realmente separá-los e distingui-los de mim. Posso conceber os outros como uma abstração, como uma instância da configuração psíquica de todo indivíduo, como o Outro, outro ou outrem em relação a mim. Ou então como um grupo social concreto ao qual nós não pertencemos (Todorov, 2003 p. 3).

A “[...] descoberta que o eu faz do outro”, apresentada por Todorov (2003) traz uma gênese do outro, historicamente marcada pelo processo de legitimação de narrativas e de valores morais. Revela como a construção do não eu tem como pano de fundo a predominância simbólica do eu europeu, (superior, mais inteligente, dominante) diante do outro (submisso, intelectualmente menos capaz, dominado).

O autor mostra como os parâmetros tribais tinham processos de valores e modos de vida diferentes do parâmetro mercantil dos descobridores. Neste sentido, a configuração de um sistema de trocas diferente daquele praticado pelo europeu representava a ausência de qualquer sistema, portanto o “caráter bestial dos índios” (Todorov, 2003 p, 53). Todorov ressalta que Colombo mudava o tratamento em relação aos índios de “bom selvagem” para “selvagem violento”, de acordo com os interesses, o que gerava produção e recepção do discurso de verdade.

A centralidade do processo dominante acontece primeiro com o índio e, logo, se expande com o crescimento mercantil. O resultado é a mudança do objeto de domínio que resultou no tráfico de 20 milhões de negros da África em um período de três séculos e meio (Sodré, 2005). Durante esse período, a coerção e o silêncio imprimiram sentido a todo um sistema de desenvolvimento social. Os escravos trazidos para as Américas viabilizaram a idéia de progresso, de capitalismo, de civilização, de moderna cultura ocidental. De acordo com o autor (idem, p.7), “isso encontrava sua legitimação nos imperativos de Verdade produzida pela cultura, ‘invenção’ exportada da Europa para as elites coloniais a partir do fim do século XVIII”.

Apesar da elasticidade do conceito, (segundo Sodré, os antropólogos Kroeber e Kluckhohn catalogaram mais de 150 definições de cultura), o termo é “discursivamente universalizado” (idem). Com isso, “cultura passa a demarcar fronteiras, a estabelecer categorias de pensamento, a justificar as mais diversas ações e atitudes, a instaurar doutrinariamente o racismo e a se substancializar, ocultando a arbitrariedade histórica de sua invenção” (Sodré, 2005, p.8). O autor observa ainda que “é difícil encontrar uma palavra/idéia moderna que não deixe transparecer em seus produtos os traços de destruição de outras organizações étnicas ou simbólicas – o genocídio se faz alternar por semicídios”. (idem, p.7)

Observamos que as narrativas acerca da descoberta das Américas estão permeadas de parâmetros comunicacionais de produção de discurso verossímil e de recepção do discurso como verdade, ainda que o fato não seja real. A nomeação dos colonizadores aparece relacionada à posse e a incapacidade dos índios de compreensão simbólica. A diferença de um em relação ao outro logo se transforma em vantagem e desvantagem, surgindo assim o grupo dos dominados.

Estes têm sido objeto de estudo em larga escala, enquanto os sujeitos do grupo dominante, como diz Lorenzi-Cioldi (2002), concedem a cada um dos seus membros atributos de sua personalidade, disseminam sentimento de liberdade diante da estrutura

social e não se assumem como grupo. O autor afirma que os grupos dominantes exercem atração sobre todos os grupos sociais. Ele critica a reação dos grupos dominados ao dizer que todo efeito de contracultura se apaga a partir de práticas e de representações que imitam, e mal, a cultura dominante.

Para Bourdieu (2008), as representações sociais são determinadas pelos interesses dos grupos e suas práticas sociais. Ele diz: (idem, p. 101)

A classe social não é definida por uma propriedade (mesmo que se tratasse da mais determinante, tal como o volume e a estrutura do capital), nem por uma soma de propriedades (sexo, idade, origem social ou étnica – por exemplo, parcela de brancos e de negros, de indígenas e de imigrantes, etc.), tampouco por uma cadeia de propriedades, todas elas ordenadas a partir de uma propriedade fundamental [...], em uma relação de causa e efeito, de condicionante e condicionado, mas pela estrutura das relações entre todas as propriedades pertinentes que confere seu valor próprio a cada uma delas e aos efeitos que ela exerce sobre as práticas.

Dessa maneira, as escolhas representam distinções entre atores de diferentes classes sociais. De acordo com o autor, o mundo social está atravessado por relações de poder, e funciona como um sistema simbólico, em que distinções de gosto se tornam a base do julgamento social, conforme observa (Cavalcanti, 2010)

Para Bourdieu o ‘espaço social’ é hierarquizado pela desigual distribuição de diferentes capitais, e a descrição da sociedade em termos de ‘espaço social’ permite enfatizar a dimensão relacional das posições sociais. Deste modo, as diferentes formas de capital que permitem estruturar o espaço social e que definem as oportunidades na vida são o capital econômico, o capital cultural, o capital social e o capital simbólico.

No Brasil, a estruturação dos diferentes capitais leva em conta uma cultura eurocêntrica, de pele branca, que está no topo do espaço social, enquanto a base é ocupada por atores, historicamente ligados ao grupo dominante da sociedade. Para sustentar tal estrutura hierarquizante, predomina o discurso do universalismo, embora esse seja cada vez mais questionado como não sendo capaz de responder questões. Todorov propõe o universalismo como um caminho, não como um fim, algo a se atingir.

Se considerarmos a mundialização, o capital simbólico assume cada vez mais um modo distinto de se estar no mundo. Esse modo é marcado pelo consumo e encapsulado pela realidade midiática que, para determinados temas, escolhe os silêncios (o negro como cidadão, com suas subjetividades não é pauta), enfraquece os modelos políticos propostos (como as cotas) e naturaliza as diferenças (o negro é naturalmente o

outro). Ora, se o recorte racial desaparece, há um esvaziamento político da luta dos negros pelos direitos de oportunidades e as cotas viram outra coisa.

Nesse sentido, a visão sobre o negro ressoa como uma continuidade do espírito pré-capitalista, que tem dificuldade de encarar um mercado competitivo. Considerando a chamada era pós-moderna, que se caracteriza pela passagem de uma sociedade de produção para uma sociedade de consumo, o que leva a mídia à narrativa de negação da diferença, ou ainda de nomeação do outro? Olhar de forma mais plural não seria abrir o espírito para novas relações, novas trocas simbólicas, em detrimento de uma visão unitária? Não seria um exercício de coexistência das subjetividades, um processo de construção da alteridade, reconhecimento do lugar de direitos de oportunidades iguais para todos?

A intensidade do debate em torno da negação da existência de raça tem um contraponto na existência, real, de um passado histórico de exclusão social, cultural e político de metade da população brasileira que, contraditoriamente, atuou intensamente como *homo faber* na construção da realidade social do Brasil. Nessa perspectiva, nem a genealogia da cultura como apresenta Sodré (nascida em berços europeus numa grande invenção secular de dominação social) pode dar conta da ampliação do debate em torno da importância política cotas. Compreendemos que abrir para os diversos conceitos das ações afirmativas, e tensionar os discursos, pode representar novas possibilidades.

3 – Identificação como processo das práticas cotidianas

Até a identidade, tão reivindicada na modernidade, quer seja como produto de ação social ou política, de fenômeno coletivo, ou como qualidade de coisas profundas, fundamental e fundadora, já não responde às incertezas epistemológicas. No final do século XX, com a fragmentação própria da pós-modernidade e o deslocamento do sujeito do seu lugar no mundo, tanto social quanto cultural (Hall, 2006), é estabelecida uma crise, que o autor chama de “crise da identidade”. Essa crise constitui um processo de mudanças profundas na esfera social, com o deslocamento das certezas culturais de classe, sexo, raça, religião e as incertezas de definições e localizações dos sujeitos na esfera social.

Brubaker (2001) propõe novas formas de tratar a questão da identidade: como “imagem social” e “identificação”. No primeiro caso, ele se refere à produção discursiva (olhar estereotipado sobre determinada questão e reelaboração do discurso), e o segundo caso, diz respeito a processos. Para definir a identificação, o autor apresenta “a auto-

identificação” (ou pertencimento) e a “hetero-identificação”, e afirma que os atos de identificação estão ligados à vida cotidiana e ao contexto social.

A identificação, para Brubaker (idem) é um processo de interação (contexto) e interações sociais diretas entre categorias pré-existentes, como raça, sexo, Estado. Diante do discurso dos grupos envolvidos nas propostas de cotas, observamos uma dificuldade de negociar a questão, no entanto, considerando o exposto, a prática cotidiana revela novas formas de negociação, com diferentes maneiras de inserção dos negros na universidade, quer seja por meio de cotas, de bônus, de cotas com recorte racial ou social, e ainda com a mistura de ambas.

Um exemplo de imagem social diz respeito ao discurso estereotipado sobre o risco de as cotas, uma vez estabelecidas, provocarem ódio racial. O grupo afetado se apropriou desse discurso e mostrou que ele não se sustenta, invertendo sua lógica num processo de reelaboração. Ou seja, após oito anos de implantação de cotas na Uerj³, por exemplo, não houve conflito racial, os cotistas se articulam entre si e entre os não cotistas num mesmo ambiente acadêmico. Além disso, pesquisas⁴ mostram que não há diferença, significativa, de notas entre os dois grupos, anulando o que diziam os opositores às cotas que haveria declínio na excelência do ensino. É mais um exemplo de imagem social distorcida e de reapropriação do discurso para revelar uma nova identificação.

4 – Raça ou classe?

Há duas visões de classes sociais a considerar: a visão marxista ou Teoria Crítica e a visão liberal. A primeira apresenta a sociedade de classes: dominante ou detentora dos bens de produção, e dominada, que vende sua força de trabalho para garantir o

³ O sistema de cotas na Uerj foi implantado em 2002, com a reserva de 50% para estudantes de escolas públicas. No mesmo ano, a Assembléia Legislativa do Rio aprovou lei que estipulava 40% das vagas das universidades do Estado para alunos negros. Em 2003, a Uerj propôs mudanças e a reserva de cotas passou a ser 20% para estudantes das escolas públicas, 20% para alunos negros e 5% para portadores de deficiência física e minorias étnicas. Os candidatos só concorriam por uma das modalidades e tinham que comprovar carência financeira. Para o vestibular de 2006, o Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão da Uerj estabeleceu nota mínima de 20 pontos em 100 pontos tanto para cotistas como não cotistas. A medida continua em vigor.

⁴ Entre 2003 e 2006, a Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Uerj) verificou que os estudantes cotistas tiveram médias superiores em 29 dos 48 cursos, quando comparadas às médias gerais dos cursos. Os estudantes que não ingressaram pelo regime de cotas tiveram notas superiores à média em 17 dos cursos. Na Unicamp, entre 2005 e 2006, os cotistas obtiveram maior média de rendimento em 31 dos 55 cursos. A Universidade Federal da Bahia (UFBA), em 2005, registrou que em 56% de seus cursos o número de estudantes cotistas aprovados foi maior do que o de não-cotistas, incluindo os cursos mais concorridos como Medicina, Odontologia, Engenharia Civil, Direito e Jornalismo.

sustento. A Escola de Frankfurt, mais precisamente, o Instituto de Pesquisas Sociais, se destaca pelos estudos da Teoria Crítica.

A tarefa de revigorar a teoria marxista foi assumida pelos jovens do instituto, que trabalhavam com a integração da filosofia a análise social, interessavam-se pelo método dialético concebido por Hegel “[...] e, tal como muitos hegelianos de esquerda, interessaram-se particularmente em explorar a possibilidade de a práxis humana transformar a ordem social” (Martin Jay, 2008). Um dos principais objetivos do Instituto era o de explicar, historicamente, como se dava a organização e a consciência dos trabalhadores.

A Escola de Frankfurt analisou a experiência vivida pela União Soviética, e acompanhou mudanças vitais nas condições sociais, econômicas e políticas, que levaram ao enfraquecimento das lutas dos trabalhadores. Os estudos da Escola se estenderam a outras áreas, dentre elas Direito (rompe com a racionalidade e reconhece a contradição como parte do conhecimento), Psicologia (Erich Fromm procura relacionar a Psicanálise de Freud às idéias marxistas), Sociologia (integração da teoria filosófica com a Sociologia - Habermas), Antropologia e Comunicação (indústria cultural, cultura de massa).

De acordo com a perspectiva liberal de classe social, as divisões de classe na sociedade se dão tendo em vista o perfil socioeconômico dos sujeitos. Com isso, a estratificação social passa a ser denominada de classe alta, classe média e classe baixa, além de subdivisões. A classe alta é identificada pelos que têm alto poder aquisitivo. A classe média é identificada por aqueles que recebem salários razoáveis, com relativo poder de compra, enquanto a classe baixa é identificada junto aos que não têm condições e recebem baixos salários ou pequenos ganhos.

É nesse cenário de classe social, do ponto de vista liberal, que se travam os embates em torno das cotas. O que se lê na mídia impressa, bem como na internet e em outras mídias é que o termo “raça” não existe, e que no caso do sistema de cotas, se adotado, que seja pela identificação de classe. Os “sujeitos afetados”, para usar expressão de Habermas (1997), se auto identificam pelo recorte racial, e rejeitam a “hetero identificação” (Brubaker, 2001) pelo recorte social.

Voltamos à genealogia da cultura em Sodré (2005), quando este ressalta que “os significados correntes de cultura oscilam entre os de um lado, um sistema total de vida, e os de uma prática diferenciada, parcelar, mas sempre ao redor de uma unidade de coerência, um ‘foco’ de manifesta o de verdade, do sentido, da razão” (idem, p.11).

Nessa perspectiva, a raça humana, quando definida socialmente e respaldada cientificamente, representava a expressão da verdade amplamente referida. Sem o aval da ciência, mas ancorado na política, o sistema de cotas raciais representa, na contemporaneidade, a expressão da crise das certezas, de algo fora do lugar, da inquietação e da formação de novos sentidos.

Embora se trate de uma proposta de política pública com vistas a ações transformadoras de relações sociais, políticas e culturais no país, o tema vem causando reações contrárias, com manifestações por parte de setores dominantes da sociedade (mídia, ativistas e intelectuais brancos e negros, políticos conservadores). A negação do sujeito (enquanto sujeito cidadão) rompe com a dialética, tenta desqualificar quem é favorável à medida, naturaliza a diferença e nega o real.

Dados estatísticos do Relatório Anual das Desigualdades Raciais no Brasil mostram que nas cinco regiões do país a diferença da escolaridade é baseada na cor da pele (Paixão, 2008):

[...] em 2006, no contingente branco acima de 15 anos de idade, a maior taxa de alfabetização foi observada no Sudeste (95,6%) e a menor, no Nordeste (83,4%). No caso do grupo de pretos & pardos, a maior e a menor taxa de alfabetização foram [...] no Sudeste (91,6%) e no Nordeste (77,5%), respectivamente.

O Relatório também revela uma redução gradual da diferença de crescimento na taxa média do número de anos de escolaridade entre os dois grupos. Os técnicos tomaram como referência o intervalo entre os anos de 1995 a 2006 e constataram que, nesse período, na população maior de 15 anos, ocorreu um aumento de 1,6 anos de estudos entre os brancos, passando de 6,4 para 8,0. Já entre os pretos e pardos o aumento foi maior: 1,9 anos de estudo, subindo de 4,3 para 6,2. Ainda assim, diz o Relatório (2008), “a queda nas diferenças entre os dois grupos vem ocorrendo a passos muito lentos. Mantido esse ritmo, as desigualdades nos anos de escolaridade dos dois grupos não cessariam em menos de 17 anos”.

Os dados derrubam o argumento de diferença de oportunidades por classe social e revelam que a narrativa midiática reinterpreta o real, a fim de criar discurso de verdade, mesmo que a realidade mostre outra coisa. Nesse cenário, poderá o sistema de cotas ser considerado uma luta de representação contra hegemônica? Considerando o recorte racial, a presença de negros na universidade e posteriormente no mercado de trabalho se não for suficiente para combater o preconceito e o racismo, pelo menos já serviu para desconstruir a verdade dominante. O desafio pode estar em mudar a relação de poder entre negros e não negros e alterar a hetero identificação natural do sujeito fora

de lugar; ou seja, o desafio é estabelecer uma relação de alteridade (de construção do outro, diferente do eu, porém como parte intrínseca do eu).

5. Conclusão

Considerando os discursos em torno das ações afirmativas, ou da implantação do sistema de cotas para ingresso de negros nas universidades públicas, tendo como pano de fundo a tentativa de substituição de raça por classe, percebemos um cenário de constante tensão. No entanto, se a representação do negro, como sujeito singular, na esfera social falha, também falham as possibilidades de novos paradigmas sociais, e os objetivos de conquista de uma sociedade mais plural.

De um lado grupos pró-cotas lutam para validar a auto identificação de pertencimento racial (conceito construído histórica e socialmente), enquanto de outro, grupos contrários às cotas insistem na hetero-identificação como classe social. A disputa cria um conflito entre as duas falas, embora, cotidianamente, ambos os representantes dos atores sociais convivam pacificamente. Essa convivência está imbricada de relações simbólicas, que marcam bem as diferenças de lugar, e revelam a imagem social do negro na sociedade, que emerge de uma tensão de desigualdade de longa data.

Trata-se de um silêncio midiático em relação ao negro brasileiro, que não aparece, por exemplo, nas páginas de notícias como sujeito singular, com seus laços de pertencimento político, cultural, social, e orgânico. As desigualdades ao longo dos anos, a negação das diferenças e o mito da democracia racial foram construídas por uma elite branca dominante e assimiladas como naturais. A partir da materialização da proposta de ação afirmativa por meio de cotas na Uerj (2002), na UnB (2004) e na UFBA (2005) – só para citar as primeiras – a cortina começou a se abrir e a dar lugar as diferentes reações anti cotas e pró-cotas.

Com a luta dos negros e a publicização dos dados estatísticos oficiais revelando diferenças sistêmicas entre negros e brancos, não foi mais possível sustentar a propalada convivência harmônica entre negros e brancos. Na tentativa de manter o *status quo*, o grupo dominante apela para as descobertas científicas da inexistência de raça humana e muda o discurso, afirmando que as diferenças de oportunidades ocorrem tanto com os negros como com os brancos pobres, tratando-se, portanto, de uma questão de classe.

Considerando o exposto, compreendemos que a dicotomia entre classe e raça é apenas uma máscara para esconder uma verdadeira exclusão social, que marca

secularmente a história do negro no Brasil. Como diz Antonio Sérgio Alfredo Guimarães (2010), “o que continua em jogo [...] é a distância entre discursos e práticas das relações raciais no Brasil, tal como Florestan e Bastide colocavam nos idos anos 1950”.

Uma das respostas para a questão de como os discursos de cotas constroem fronteiras de ambos os lados, aponta para a tentativa de validação de classe, de um lado, e afirmação do preconceito (racismo) do outro. Um grupo tenta negar a necessidade de cotas, embora a admita para jovens de escolas públicas, o outro grupo luta pela validação das ações afirmativas e implantação do sistema de cotas, como reparação pela dívida histórica que o país tem com os negros, mas também como uma ação política, capaz de promover um novo pacto social e reduzir a distância que há entre brancos e negros em todos os níveis sociais.

Nesse sentido, se confirma nossa hipótese de que há dois tipos de fronteiras usadas para reforçar o discurso social e racial. São divisas simbólicas, discursivas, ancoradas pela mídia, e que convivem com certa tensão. Há uma convivência social cotidiana entre os grupos, bem como uma constante luta pela manutenção do *status quo* e pelo combate ao racismo. Observamos que o silêncio ou a negação do negro do Brasil é a maior ameaça ao endurecimento das fronteiras, uma vez que ambos desqualificam e naturalizam o diferente.

Vale ressaltar que a dinâmica social na contemporaneidade está atravessada pelo processo de mediatização, pela circulação de bens materiais e imateriais, pelo consumo, pelo desejo de inclusão e pela reação à exclusão social. Diante do exposto, as cotas parecem representar esse limite entre estar no mundo acadêmico, conseqüentemente, estar apto a competir no mercado de trabalho e na vida sociocultural, ou permanecer fora da esfera do saber, aumentar o contingente da exclusão social, da falta de perspectiva, do não lugar, do aumento do racismo e da manutenção de uma sociedade injusta e desigual.

6. Referencias bibliográficas

AVANZA, Martina et **LAFERTÉ**, Gilles. Dépasser La “Construction des identités”? Identification, image sociale, appartenance. Point Critique

BOURDIEU, Pierre. A Distinção: Crítica Social do Julgamento. São Paulo, Edusp; RS, Zouk, 2008

_____. O Poder Simbólico. Rio de Janeiro, Bertand Brasil, 1998

- BRUBAKER**, Rogers. Au-delà de l'Identité. Actes de la recherche en sciences sociales, 2001/3, 139, p.66-85. Disponible à l'adresse: http://www.cairn.info/article.php?ID_REVUE=ARSS&ID_NUMPUBLIE=ARSS_139&ID_ARTICLE=ARSS_139_006. Acesso em: 10/12/2010.
- CAVALCANTI**, José Carlos. Gosto não se discute? (3). Disponível in: <http://www.creativante.com.br/download/Gosto3.pdf>. Acesso em 07/01/2010
- FONSECA**, Dagoberto José. Políticas públicas e ações afirmativas. São Paulo, Selo Negro, 2009.
- FOUCAULT**, Michel. Microfísica do Poder. Rio de Janeiro, Ed. Graal, 2007
- FREIRE FILHO**, João. Mídia, Estereotipo e Representação das Minorias. ECO-PÓS, v7, n.2, 2004.
- GUIMARÃES**, Antonio S. A. Democracia racial. Disponível in: <http://www.fflch.usp.br/sociologia/asag/Democracia%20racial.pdf> . Acesso em 7/01/2010
- HABERMAS**, J. O Papel da Sociedade Civil e da Esfera Pública Política. In __Direito e Democracia: entre facticidade e validade. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1997
- HALL**, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade. Rio de Janeiro, DP&A Editora, 2006
- _____. A Questão Multicultural. In__SOVIK, Liv (Org). Da Diáspora: Identidade e Mediações Culturais. Belo Horizonte, Ed. UFMG, 2003
- JAY**, Martin. A Imaginação Dialética: História da Escola de Frankfurt e do Instituto de Pesquisas Sociais – 1923-1950. Rio de Janeiro, Contraponto, 2008
- JODELET**, D. Loucuras e Representações Sociais. Rio de Janeiro, Ed.Vozes, 2005
- _____. Representações sociais: um domínio em expansão. In: JODELET, D. (org.), As representações sociais. Rio de Janeiro, EdUERJ, 2001
- LORENZI-CIOLDI**, Fabio. Les représentations des groupes dominants et dominés – Saint-Martin-d'Hères (Isère): PUG, 2002
- MUNANGA**, K. Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. Disponível em: <http://www.acaoeducativa.org.br/downloads/09abordagem.pdf>. Acesso: 21/12/2009
- PAIXÃO**, Marcelo; CARVANO, Luiz M. (Org.). Relatório Anual das Desigualdades Raciais no Brasil; 2007 – 2008. Rio de Janeiro, Ed. Garamond, 2008
- ROCHA**, Carolina, COSTA, Marina Morena. Desempenho de cotista é igual ou superior ao dos demais estudantes, apontam pesquisas. Disponível em:

<http://ultimosegundo.ig.com.br/perspectivas2010/2009/12/24/desempenho+de+cotista+e+igual+ou+superior+ao+dos+demais+estudantes+apontam+pesquisas+9249749.html>.

Acesso: 10/01/2010

SANTOS, Milton. Ser negro no Brasil hoje. Disponível em:

<http://64.233.163.132/search?q=cache:aO2WYcU3CAQJ:www.antroposmoderno.com/word/sernegro.doc+O+preconceito+Milton+Santos&cd=3&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>.

Acesso em 07/01/2010

SODRÉ, Muniz. A verdade seduzida. Rio de Janeiro, DP&A, 2005

TODOROV, Tzvetan. A Conquista da América: A questão do outro. São Paulo, Martins Fontes, 2003